

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM PROJETO POPULAR

Sumário:

1. Ocupar espaços políticos na estrutura do Estado é legítimo e importante, mas não suficiente;
2. Movimento Social e Estado não se confundem;
3. Mobilizar e organizar a sociedade civil é crucial para fazer avançar um projeto popular;
4. Em uma sociedade plural e diversificadamente desigual não há apenas uma possível solução; vários caminhos levam a Roma;
5. Os grupamentos humanos se renovam em seus propósitos a cada tempo e, deste modo, novas formas de convivência e novas instituições passam a responderem aos requisitos dos distintos momentos históricos;
6. A construção de um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico se dá pela base mais tangível dos grupamentos humanos: a comunidade (ou se preferirmos, o território/local);
7. A Ecosol se apresenta capaz de promover dinâmicas territoriais transformadoras – produção de riquezas, de sabedoria, de cultura, de preservação ecológica, de bem viver etc. É, assim, ecologicamente sustentável já que tem como foco o ecossistema compreendido pelo território;
8. Políticas de Ecosol devem ter, necessariamente, caráter descentralizado e atender às especificidades territoriais;
9. Um padrão de desenvolvimento socioeconômico ecologicamente ¹ responsável é possível; a Economia Popular e Solidária tem esse compromisso;
10. Investimentos sociais não são gastos: as comunidades empobrecidas (e suas famílias) necessitam de expressivos recursos para romper as estruturas que causam a iniquidade;
11. A efetividade das ações de um programa destinado a zerar a miséria no país é condição *sine qua non* para seu sucesso e deve ser acompanhada pela sociedade;
12. Exigir eficiência pautada por análises custo/benefício é cair no economicismo, já que há uma inércia estrutural que requer significativos esforços para ser rompida, por refletir a dominação política secular, e isso traz custos que a sociedade deve assumir;
13. O crescimento pelo crescimento, do ponto de vista econômico, é predatório;

14. Para além do discurso da transversalidade, se faz necessária uma *práxis* de efetiva coordenação das ações de governo que rompa com os feudos e interesses, muitas vezes pessoais, incrustados na estrutura de Estado;
15. A questão da miséria diz respeito à vida e, assim, se sobrepõe a todas e quaisquer vaidades.

Introdução

A conquista do aparelho estatal “por dentro”² é importante, embora insuficiente aos propósitos de um projeto popular que tem como centro a produção e reprodução da vida em todas as suas dimensões.

Uma nova política necessita de NOVAS ESTRUTURAS, além – claro –, de que “se ponha o bloco na rua”. A debilidade de mobilização do movimento popular no momento em que, como atualmente, defrontamo-nos com legítimas conquistas resultantes da vitória de um projeto assumido como de forte compromisso com as demandas sociais, é patente.

Por sua própria natureza, o movimento popular tem como objetivo apresentar reivindicações específicas aos poderes constituídos; tais demandas são passíveis de se constituir em focos de mudança, embora esta não seja a pauta dos MP’s, mas de partidos políticos (ou deveria sê-la).

A presença na estrutura do aparelho de Estado por certo contribui ao atendimento das demandas, mas não traz maior mobilização popular, já que seria paradoxal “ser governo” e, simultaneamente, “movimento social”!

Neste contexto, os interesses populares podem, no mais das vezes, ser atendidos, mesmo que à margem de suas reais necessidades e em um patamar estrondosamente inferior àquele de outros setores da sociedade. Ademais, por não abraçar um projeto de mudança das estruturas regulatórias e executivas do Estado, suas demandas (dos MP’s) podem razoavelmente ser contempladas pelo atual arranjo institucional existente.

Há, em decorrência, certa “nebulosidade” nas relações Sociedade Civil X Estado o que oblitera o avanço e consolidação de propostas transformadoras como é a Economia Popular Solidária. O governo – para o bem ou para o mal, mas, por certo provocando significativos déficits aos interesses populares – internalizou no aparelho de Estado, representantes dos grupos políticos associados aos diversos interesses e competentemente arbitra os conflitos daí decorrentes.

É jargão corrente falar-se que, em política, não há vácuo; se a necessária tensão democrática, no dizer de Marilena Chauí, se dá a partir dos representantes e

indicados pelo movimento popular que se fazem presentes no governo, há que se reconhecer a desvantagem dessa situação já que para as demais forças sociais, a organização e mobilização se verifica na sociedade – o *agro-business*, a banca, o setor produtivo, o setor exportador etc. Sentindo-se GOVERNO ³ o movimento popular abdica de “cuidar da vida lá fora” onde se encontra seu *lócus* “existencial”: nas comunidades, onde a necessidade de mudança das estruturas promotoras do empobrecimento da população está presente.

Como desenhar, então, contornos mais firmes para que o movimento popular rompa com a “geléia geral” que se estabeleceu? Como refazer quadros de base se os melhores foram absorvidos pela gestão pública e indefectivelmente “perderam” o DNA popular e construíram a nova identidade de “gestor público-social”?

Políticas de Economia Solidária

No caso da Economia Solidária, são inegáveis os importantes avanços havidos dos últimos 8 anos. Todavia, há a opinião consistente colhida junto a diversas lideranças e militantes do Movimento, de que, após o impulso inicial, houve uma acomodação e já não mais se abraçou iniciativas “mudancistas”, com sensível adaptação da estrutura criada – Senaes – às tradicionais rotinas burocráticas historicamente montadas para satisfazer as necessidades das elites, não dos setores populares. Exemplo disso é a questão do crédito e financiamento popular: esse sempre encontrou entraves a sua viabilidade sob o gasto argumento de que “não é possível, a legislação não permite”, “é necessário negociar com o legislativo”, “não há interesse do sistema financeiro” etc. etc.

Em decorrência, a briga por espaços mais relevantes, o enfrentamento e a disputa de classe (incluídos x excluídos, se preferirem) se atrofiou; acostumamos com sobras, quando o governo teria condições de ampliar decisivamente as políticas de Ecosol. Entretanto, como diz nosso ex-presidente, “*governos ouvem a voz da rua*” e, cá pra nós, aquela (Ecosol) preferiu os cochichos dos gabinetes!

O Estado que aí está não foi concebido para ser permeável e prover o pronto atendimento das necessidades da esmagadora maioria da população; há que se repensar estruturalmente as instituições existentes, se se almeja fazer avançar o projeto de uma nova sociedade, que não tem ideologicamente nenhuma semelhante com a propalada “imensa classe média”: ao contrário, o projeto da Economia Solidária, necessariamente não excludente, tem como âmago a participação ativa das diversas comunidades e isto no mais amplo e irrestrito sentido.

(Talvez estejamos equivocados, mas o fato é que o governo anterior apenas atendeu demandas localizadas já que não estruturou políticas de Estado para nosso generoso projeto).

O projeto Ecosol cabe como uma luva na proposta de “zerar” a miséria que a presidenta anunciou; é amplo o suficiente para abraçar a economia popular de

base local (territorial) redefinindo, no médio e longo prazo, o padrão de desenvolvimento do país a ponto de podermos afirmar a real possibilidade de um “capitalismo de base popular” (santo sacrilégio!).

Explicamos: que não se confunda este projeto com aquele das “empresas cidadãs” ou com a “responsabilidade social” tão decantada; nada contra, cumprem suas funções, mas não podem ser confundidas com nossa visão: lá se defende implicitamente o “fim da história”, um capitalismo “domesticado/civilizado” e o único modo-de-produção capaz de promover a redenção do homem, quando é bem o contrário: jamais – **jamais!** – um regime que tem como princípio o aumento contínuo da exploração pode ser emancipador.

Tampouco, a solução neoliberal de “**seja um empreendedor**” pode ser vitoriosa; quem tiver o mínimo de olhar crítico sobre o que é o Modo de Produção Capitalista pode acreditar na possibilidade real de se criar “nanos”, “micros” e “pequenas” empresas, redentoristas “portas de saída” do Bolsa Família ⁴.

“Criar um, dois, três, inúmeros empreendedores” ⁵ pode ser um grande lema e bandeira de propaganda política, nunca uma real possibilidade voltada a romper com as estruturas produtoras do empobrecimento: o capitalismo é, por sua natureza, concentrador de riquezas; uma economia da escassez, portanto.

Já quando se fala em “capitalismo de base popular” ⁶ se diz da real possibilidade de se produzir e reproduzir a vida (embora o faça sob outras motivações e com outros objetivos, estes, sim, redentoristas), a partir do fato elementar de “cuidar da casa” (*oikonomía*), embora sob processos que, se não são inteiramente capitalistas, acabam se incorporando à dinâmica da circulação de mercadorias no *locus* do mercado, esta extraordinária construção do homem que necessita ser re-apropriada pela civilização ⁷.

A questão, portanto, não é fazer proliferar micros e pequenas empresas Brasil a fora; a questão central é, para nós, no processo de aprofundamento de um “capitalismo de base popular”, consolidar a Economia Popular Solidária como o único projeto capaz de promover dinâmicas territoriais transformadoras, dinâmicas estas que não se restringem à produção de riqueza, mas à produção da sabedoria, da cultura, da preservação ecológica, do bem viver etc.

A pluralidade de propostas em torno de ações de combate ao empobrecimento das populações é a contrapartida de uma sociedade que se diversifica, aprofunda seu processo democrático e põe suas forças sociais em movimento! Não há O CAMINHO, mas caminhos que, uns mais outros menos, alcançam um futuro proposto como ideal.

Políticas de Desenvolvimentos Socioeconômicos

A redução ao econômico, fértil no período do socialismo real, conduziu a monumentais equívocos; a natureza da Ecosol reside em não ser “uma coisinha bonitinha que ajuda as pessoas a sobreviver”, mas em ser um PROJETO

transformador da sociedade futura que começa desde já: começa com a forma de se pensar as verdadeiras necessidades das comunidades, a construção/consolidação dos “nós” comunais ⁸, a recuperação do sentido coletivo da vida em sociedade, a função das cidades, da moeda, das trocas (mercado), da cooperação, da política etc.

Em nossa visão, uma proposta Ecosol deste tipo é uma verdadeira revolução, tanto em termos socioeconômicos, quanto culturais, por romper o vínculo real de submissão às práticas “patrões X empregados”, já que o produtor popular, via de regra, é o “não-chefe” de si próprio, já que habitualmente consome sua própria mais-valia ⁹.

Faz-se mister, entretanto, reconhecer que a não existência de relações de compra da força de trabalho como mercadoria não seja uma tendência absoluta nessa direção: alguns produtores populares se portam como capitalistas e outros bem que gostariam de ter patrão ¹⁰; reverter este quadro, portanto, é uma imensa tarefa que se impõe a nosso projeto. O imaginário social, cristalizando a concepção de subordinação à materialidade do mundo, impõe um desafio ideológico da “pesada” que é fazer cambiar esta concepção ¹¹, na medida em que se constrói uma nova base de produção do bem viver.

Pois bem - e este é um assunto tabu - é necessário exigirmos, não somente políticas de Estado, mas TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DA SOCIEDADE À ECONOMIA POPULAR, da mesma forma que se fez/faz com todos os demais segmentos da economia. Quanto mais isso for dito, tanto mais isto for revelado à sociedade, mais fortes ficaremos: alardear esta demanda em todos os espaços é “chamar para o debate” os economistas *neo-neos* e outros que tais. Sim, a Economia Popular e Solidária necessita ser SUBSIDIADA, no âmbito do projeto maior como se propôs executar a presidenta, e tanto melhor que o seja sob a égide de uma proposta que tenha começo e meio (já que o fim será uma sociedade igualitária que nossa geração não verá e que talvez nunca ocorra - tememos que esta luta seja eterna...). Para tanto, três eixos são vitais:

1. dotar os territórios de estruturas de comercialização e circulação de mercadorias que estimulem e viabilizem a produção local ¹² (isso se aplica igualmente às áreas rurais com a aceleração do processo de reforma agrária);
2. fomentar a produção de cunho associativo levando aos territórios estruturas de fomento às atividades populares e solidárias, como a apropriação de ferramentas básicas de gestão, organização, orçamento etc. com base na experiência concreta do saber popular; não é um mero replicar de conhecimentos acadêmicos;
3. viabilizar as iniciativas de finanças populares em todas as suas dimensões - bancos populares, fundos rotativos, bancos comunitários etc. ¹³

Novas Institucionalidades

Do ponto de vista institucional, uma futura Secretaria Especial representaria um significativo avanço e mais que isso: um expressivo reconhecimento das iniciativas populares existentes; todavia, ficamos inquietos ante a real possibilidade de termos uma estrutura que efetivamente tenha pouco poder de implementar e executar políticas na área.

A transversalidade, exaustivamente decantada ao longo do governo anterior (pres. Lula) implicou em significativa dispersão de resultados, embora com ampliação da base de simpatia e envolvimento dos diversos segmentos políticos envolvidos nas ações de governo: o exercício do poder de convencimento foi importante para fazer conhecida nossa proposta, mas pouco eficiente do ponto de vista da implementação dos diversos programas, pois persistia o poder de decisão dos Ministérios afetos e, muitas vezes, as prioridades da pasta não necessariamente eram aquelas relacionadas à Economia Solidária.

No contexto de um PROJETO de supressão da miséria onde a Ecosol possa exercer um protagonismo de destaque, se faz necessário uma re-configurar dos programas/ações/projetos identificadas como relacionadas com a economia solidaria em cada ministério. Como que finalidade se faria isso?

As atividades identificadas como ações típicas de Economia Solidária, continuariam a ser executados pelos mesmos Ministérios, mas acompanhados pela Secretaria Especial de Economia Solidária (se for o caso desta estrutura vir a existir) como uma atribuição precípua da pasta; esta se reportaria periodicamente à Presidência da República (ou ao Ministério gestor do PROJETO MISÉRIA ZERO) dando conta do desenrolar das atividades inclusivas daquelas ações.

Isso é muitíssimo mais do que a visão “transversalista”, atualmente tão decantada, mas que não funciona a contento; não se trata – diga-se – de intervir na seara alheia, já que o objetivo finalista de cada Ministério permaneceria inalterado, cabendo à Secretaria Especial o acompanhamento proposto com fito integrar as atividades solidárias no âmbito dos territórios e, simultaneamente, prestar contas à sociedade.

O titular da Secretaria Especial de Economia Solidária, revestido do *status* de Ministro, teria, inequivocamente, competência e autoridade para ser ouvido por seus pares e, assim, sensibilizar o governo, fazendo com que a “coisa” ande; bom para todos e pragmático enquanto ação de governo.

São Paulo (SP), 10 de janeiro de 2011

Idalvo Toscano
*Economista, funcionário do Banco Central do Brasil,
coordenador de Estudos Técnicos do Sindicato dos Funcionários do BC e
ativista do Movimento de Economia Solidária.*

1 O conceito de “desenvolvimento ecologicamente sustentável” é muitíssimo mais rico e abrangente do que o de “ambientalmente sustentável”. Diz-se da Ecologia ser a ciência que estuda os ecossistemas e, nesse sentido, a interação entre todos os seres vivos e a natureza. A palavra Ecologia tem origem no grego “oikos”, que significa casa, e “logos”, estudo. Logo, por extensão, seria o estudo da casa, ou de forma mais genérica, do lugar onde se vive [<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ecologia>]

2 O velho *pecebão* (PCB – Partido Comunista Brasileiro) defendia a tese de apropriação do aparelho estatal como capaz de promover mudanças estruturais; esta concepção, equivocada de per si, perpassou o tempo e se incrustou em certa tendência da esquerda “moderna” da qual o PT é o grande expoente, mas não o único.

3 Não é o compromisso popular e o caráter social do governo que confere aos MP’s poderes de governo; isso não basta.

4 Possivelmente o Bolsa Família seja o segundo maior programa de transferência de renda do mundo, já que o primeiro é, indiscutivelmente, embora nunca reconhecida como tal, a aposentadoria rural instituída pela Constituinte Cidadã.

5 “Criar um, dois, três, inúmeros Vietnams” era o lema guevarista de uma revolução socialista em escala mundial, lá pelos idos de 1967.

6 A produção de bens e serviços da economia popular e solidária segue, de uma maneira geral, a lei do valor. Mas, atentemos: a existência de inúmeros e consolidados comércios locais onde os produtores populares se encontram para “trocar” seus trabalhos materializados (mercadorias), redefine, no longo prazo, um novo padrão de produção já que parte significativa desse mercado terá a presença decisiva de produtores populares e solidários. Afinal, no esquema marxista o ganho do capitalista (ΔD) se materializa na **circulação** de M (mercadorias).

Assim, intensificar as trocas e, concomitantemente, “invadir” os mercados é intensificar as relações entre produtores e consumidores, um dos elementos chaves da Ecosol e do desenvolvimento territorial.

7 O mesmo ocorre com a moeda: sua re-apropriação se dá com as MOEDAS SOCIAIS, mas precisamos avançar mais; o debate em torno destas encontra-se muito “legalista”, enquanto elas são, de fato, um mecanismo de libertação. Precisamos – e há base legal para tanto – avançar mais: moedas gerando créditos por meio da ampliação da base monetária local. Todavia isso não pode ser apreendido como um esquema financista, mas um mecanismo emancipador do território, uma questão de direito do cidadão.

8 “Nós” – substantivo – no sentido do que verdadeiramente agrega, organiza, estreita a vida em sociedade, bem distinto, pois, daquilo resultante do padrão de vida proposto pelo capitalismo: que vença o melhor! [Sobre o conceito de “nós comunal”, ver: Senett, R. – *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2004].

9 Na medida em que a produção de mercadorias – bens e serviços – se dá em uma escala simples, sem acumulação (ou quase) é verdadeira a afirmativa de que este produtor consume sua própria mais valia; somente isso permite que, embora operando em baixa escala e sem grandes aparatos tecnológicos, ele possa dar continuidade às suas atividades econômicas em um ambiente expressivamente competitivo.

10 Utilizamos, aqui, um conceito heterodoxo da relação patronal que não se cinge ao exclusivo assalariamento, mas a uma relação de submissão ideológica entre o “dono do negócio” e o efetivo trabalhador, mesmo que algumas vezes este seja formalmente “produtor associado” (isto é comum em atividades cooperativas onde as funções e remunerações diferenciadas acabam por impor relações de “mando empresarial”).

11 Rigorosamente, fazer cambiar a lei do valor como motor da produção e reprodução da vida em sociedade. No limite, fazer viger a lei de uso como o princípio necessário à existência humana.

12 O economista Carlos Lessa, quando presidente do BNDES, defendia um projeto de “feiras populares” que tinha como base ampliar os espaços de sociabilidades nas comunidades! Maravilha, pois são nas feiras populares que se constrói a vivência coletiva em torno de temas comuns; as feiras de economia solidária cumprem este objetivo (e não só), mas se faz necessário – no bojo de um projeto mais ambicioso – perenizá-las, estabelecendo estruturas mantidas pelo Estado e apropriadas pela coletividade;

13 Elaboramos uma proposta, ainda de circulação restrita, que viabiliza a utilização do Fundo Garantidor de Crédito – FGC (aquele que “salvou” o banco do Sílvio Santos) a este tipo de financiamento.